



PRODUÇÃO DE TEXTOS ACESSÍVEIS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL: A EXPERIÊNCIA DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL DO SIBI/UFBA

PRODUCTION OF ACCESSIBLE TEXTS FOR THE VISUALLY IMPAIRED: THE EXPERIENCE OF THE CORE OF INFORMATIONAL ACCESSIBILITY OF SIBI/UFBA

Nelijane Campos Menezes

Especialista em Comportamento Organizacional e Gestão de Pessoas pela Escola Superior Aberta do Brasil – ESAB. Bibliotecária documentalista. Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade Informacional do Sistema de Bibliotecas da UFBA. Membro da Rede Brasileira de Estudos e Conteúdos Adaptados (REBECA) e do Grupo de Pesquisa Educação Inclusiva e Diversidade (EDUCID/UNEB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3138-2403>. E-mail: menezes.nelijane@ufba.br.

RESUMO

Apresenta um relato de experiência sobre a criação do Núcleo de Acessibilidade Informacional do Sistema Universitário de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia e o desenvolvimento de suas atividades relacionadas à produção de textos acessíveis para o atendimento de pessoas com deficiência visual. O objetivo foi criar um serviço de produção de textos acessíveis em acervos acadêmicos. Os resultados mostraram que o desenvolvimento do trabalho permitiu a inserção do na Rede Brasileira de Estudos e Acervos Adaptados e o interesse por parte de pessoas com outras deficiências levando a perceber que existe demanda pela ampliação do público-alvo a ser atendido.

Palavras-chave: Livros acessíveis; Pessoa com deficiência; Pessoa com deficiência visual; Biblioteca universitária.

ABSTRACT:

The presents an experience report cites the creation of the Information Accessibility Core of the University Library System of the Federal University of Bahia. The goal is to create a service for the production of accessible texts in academic collections for people with visual impairment. The results showed that the development of the work allowed the insertion in the Brazilian Network of Adapted Studies and Collections and the interest from people with other disabilities, leading to the perception that there is a demand for the expansion of the target audience to be served.

Keywords: Accessible books; Disabled people; Visually impaired people; University library.

1 INTRODUÇÃO

O movimento pelos direitos e cumprimento das legislações em prol da inclusão e acessibilidade de pessoas com deficiência, vem avançando de forma positiva na sociedade. A trajetória triste e marcante vivenciada por estas pessoas durante muito tempo na história, deu espaço para o acesso à cultura, à tecnologia, à educação e outros aspectos que envolvem seus direitos civis, através dos esforços permanentes não apenas das próprias pessoas com

deficiência, mas também de familiares e pessoas da sociedade que entendem o significado de palavras como respeito e igualdade.

As mudanças em prol da acessibilidade evoluíram para todos os tipos de deficiência, ampliando o próprio conceito de acessibilidade, que se refere aos deficientes físicos, deficientes auditivos, visuais, obesos, idosos, gestantes ou qualquer pessoa com algum tipo de limitação.

A acessibilidade passou a ser entendida, portanto, dentro de uma perspectiva global e inclusiva, onde se propõe a criação de espaços de convivência mútua e não espaços exclusivos que denotam a ideia de segregação, historicamente imposta às pessoas com deficiência (MAZZONI *et al*, 2001). O conceito de acessibilidade deve estar associado, portanto, à qualidade de vida de todas as pessoas.

Com o avanço das tecnologias, acesso à escola, busca pelas realizações de seus ideais, demonstração de coragem e competência, as pessoas com deficiência, começaram a atuar de forma ativa em diversos setores da sociedade e em especial na área acadêmica.

A Portaria nº 3.284 de 07 de novembro de 2003, do Ministério da Educação, publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2003, relaciona os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiência aos processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições de ensino superior no Brasil, fortalecendo a necessidade de oferecimento de ambiente adequado para as pessoas com deficiência que ingressam nos espaços universitários.

Com relação ao ambiente universitário, a publicação de lei como a Lei Brasileira de Inclusão (2015), da Lei dos Direitos autorais (1998), do Tratado de Marraqueche (2018), e outras legislações publicadas no decorrer dos anos, contribuíram para o ingresso de pessoas com deficiência nas Instituições de Ensino Superior (IES) e o número de aprovados só tem aumentado ano após ano. Este é um crescimento ainda miniaturizado em comparação ao número de pessoas que informam não conter algum tipo de deficiência e que estão matriculadas nas IES, porém, trata-se de um dado a ser comemorado, frente às barbáries já sofridas por este público, assim como é possível vislumbrar de que é uma realidade a ser modificada em futuro não muito distante.

A inclusão de pessoas com deficiência nas IES brasileiras, vêm proporcionando grandes mudanças na estrutura educacional, física, informacional e tecnológica destes espaços e neste contexto as bibliotecas universitárias estão inseridas no campus acadêmico como um espaço democrático de apoio à disseminação da informação científica e cultural, conforme inferi Santa Anna (2018):

[...] a preocupação em viabilizar a produção de conhecimentos está ligada à função educacional da biblioteca, pois é através da oferta de informações, materializadas em acervos documentários, que indagações são discorridas e refletidas, haja vista, permitir descobertas e conferir aprendizado aos usuários da informação (SANTA ANNA, 2018, p. 453).

Desta forma entende-se que, ampliar o conhecimento na comunidade acadêmica, através de todo e qualquer suporte informacional, faz parte das atribuições de uma biblioteca universitária, assim como proporcionar a inclusão social, informacional e digital da sua comunidade.

Na Universidade Federal da Bahia, com a matrícula de novos alunos com deficiência, em especial ao estudante com deficiência visual – com cegueira ou baixa visão -, muitos questionamentos

surgiram nas bibliotecas e no meio acadêmico. Foi preciso pensar como disponibilizar a informação de forma digna e igualitária para este público que chegava a universidade e que se deparava com ambientes, serviços e acervos que apresentavam pouca perspectiva inclusiva.

A partir daí bibliotecários que desenvolvem atividades funcionais nas IES, começaram a monitorar o comportamento da nova comunidade e constataram as dificuldades que pessoas com deficiência visual, têm para chegar às dependências das bibliotecas, para acessar as bases de dados e os portais de periódicos, visualizaram as barreiras informacionais e tecnológicas contidas nos acervos das bibliotecas universitárias, etc.

Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), além da constatação das dificuldades já citadas no trecho acima, foi possível observar que o novo público discente (com deficiência visual), pouco frequentam as bibliotecas do SIBI/UFBA, devido às diversas barreiras de acessibilidade existentes – em especial as físicas, já que as bibliotecas estão localizadas em prédios antigos e não foram concebidos com uma perspectiva inclusiva. Sob este ponto de observação, ressaltamos a Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa, que foi o local onde iniciamos as nossas investigações sobre como disponibilizar serviços e produtos com recursos de acessibilidade.

Também foi possível observar que esses usuários enfrentam dificuldades para acessar o conteúdo informacional disponível, já que as bibliotecas não dispõem de materiais acessíveis em seus acervos. Nesse contexto, surgem questionamentos sobre quais os danos que a falta de acessibilidade informacional junto aos acervos das bibliotecas da UFBA está causando na vida pessoal e acadêmica das pessoas com deficiência visual?

Após reflexões sobre como seria possível oferecer serviços aos discentes com deficiência visual de forma mais inclusiva, resolveu-se implantar no âmbito do Sistema Universitário de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (SIBI/UFBA) o Núcleo de Acessibilidade Informacional do SIBI (NASIBI), com o objetivo de acessibilizar os acervos das bibliotecas da universitárias e disponibilizá-los para a comunidade universitária que tem deficiência visual, com o apoio da tecnologia assistiva e das tecnologias da informação, entendendo que ao disponibilizar documentos digitais acessíveis, os bibliotecários do NASIBI contribuirão de forma ativa com a autonomia literária, diminuindo a evasão no ensino superior e colaborando com o enriquecimento intelectual dos estudantes com deficiência visual.

2 O NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE INFORMACIONAL DO SIBI/UFBA (NASIBI)

O Núcleo de Acessibilidade Informacional do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (NASIBI), foi instituído através da Portaria nº 14/2018. A motivação para sua criação se deu após observações referentes à baixa frequência de alunos com deficiência visual nas bibliotecas do SIBI, em razão das barreiras de acessibilidade existentes nestas unidades.

Com o número de pessoas com deficiência matriculados na UFBA, foi necessário que as bibliotecas universitárias do SIBI se adequassem a este novo cenário, assim como as instituições de ensino superior, conforme abordam Melo, Furtado e Ribeiro (2014):

Toda estrutura multidisciplinar que envolve o Ensino Superior, em particular a biblioteca universitária, está constantemente desafiada a adotar posturas na oferta de reais condições de aquisição de materiais informacionais e disponibilização de conteúdos acessíveis [...]

Consequentemente, a biblioteca deve se preparar para oferecer acolhimento a esse público, adequando o espaço físico, acervo e prestação de serviços de qualidade, uma vez que o direito à educação e a informação estão asseguradas e previstas em lei (MELO; FURTADO; RIBEIRO, 2014, p.46).

Em função destas mudanças as bibliotecas universitárias começaram então a passar gradativamente por grandes mudanças em sua estrutura física, informacional, tecnológica. E as bibliotecas que estão subordinadas ao Sistema de Bibliotecas da UFBA precisaram se adequar a novos formatos de atendimento, de serviços a serem oferecidos e disponibilidade de acesso aos seus acervos. Fachin, Silveira e Abadan (2020) nos esclarece que:

A inclusão de materiais em outros formatos permite aos diversos usuários conhecer o conteúdo, indiferentemente de suas limitações físicas. A possibilidade do uso de recursos que permitem o acesso ao conteúdo democratiza o conhecimento científico para todos os possíveis usuários (FACHIN; SILVEIRA; ADADAN, 2020, p. 138).

Para que esse processo de democratização se realizasse, foi necessário pesquisar quais os serviços e produtos poderiam ser oferecidos em formato acessível para as pessoas com deficiência visual. Deste modo, as bibliotecas do SIBI/ UFBA estariam eliminando as barreiras informacionais e contribuindo com a autonomia literária das pessoas com deficiência visual ou com alguma outra limitação para acesso à leitura dentro e fora da universidade. Neste sentido Rodrigues e Souza (2020) adverte que:

Se a leitura é um dos hábitos mais democráticos e, naturalmente, um direito do ser humano, assegurá-lo a todos igualmente deve estar no radar de todos os profissionais que atuam direta e indiretamente com a produção e disseminação da informação e conhecimento; portanto, todos são agentes naturais da inclusão por essa vertente (RODRIGUES; SOUZA, 2020, p. 121).

Ao buscar meios para tornar as bibliotecas do SIBI ambientes mais democráticos, foi importante ouvir os alunos e seus relatos sobre as barreiras de acessibilidade que enfrentam também dentro da universidade, como as dificuldades com a arquitetura sem perspectiva inclusiva, as barreiras atitudinais alimentadas pelos preconceitos – obstáculos permanentes – vivenciados entre colegas e professores, os inconvenientes sofridos por não conseguir acompanhar as aulas no mesmo tempo que a turma em que está matriculado, dentre outros.

O discente cego ou com baixa visão não tem acesso a materiais bibliográficos com a mesma facilidade que discentes que enxergam sem o uso de algum recurso de tecnologia assistiva (TA), por isso, não podemos afirmar que as salas de aula nas IES são espaços totalmente inclusivos para esse público, como nos indica Carvalho (2005) sobre a importância na eliminação de barreiras atitudinais dentro dos ambientes escolares:

A presença física como justaposição, não garante que os aprendizes estejam integrados uns com os outros, aprendendo e participando de todas as atividades escolares. Além da inserção física, é indispensável que todos os estudantes sejam beneficiados com a inclusão na aprendizagem e com a inclusão social, exercitando e desenvolvendo a plena cidadania. (CARVALHO, 2005, p. 2).

A autora relata situações reais que acontecem nos ambientes escolares, sejam eles de nível fundamental, médio ou superior. A participação dos discentes com deficiência visual em sala de aula, não acontece de forma ativa como pretendido, causando frustração em relação ao curso, podendo até mesmo causar o trancamento da disciplina ou curso tão almejado.

Discursos sobre os desafios enfrentados na universidade, descrevem que apesar da conquista de direitos estabelecidos em leis, na prática, os problemas são sempre os mesmos, e isso implica na dificuldade de acesso à educação. Mantoan (2003, p. 18) enfatiza que “[...] sabemos que é preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e mesmo de fora delas e que os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos.”

Dentre os relatos dos alunos com deficiência visual, destacaram-se as advertências sobre a falta de acesso a material bibliográfico em formato acessível nas bibliotecas do SIBI, o que infelizmente reforçava as barreiras informacionais enfrentadas por esses estudantes no ambiente universitário.

Para reforçar a existência destas barreiras nas bibliotecas, alunos com deficiência visual visitaram as dependências da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa. Momento bastante significativo, que nos proporcionou ter acesso à opinião de parte destes alunos sobre as unidades informacionais que fazem parte do SIBI/UFBA.

As informações disponibilizadas permitiram o entendimento que, não basta apenas criar rampas e mudar estruturas, é necessário tornar a informação acessível. Para Sousa (2018, p. 16):

As bibliotecas podem representar espaços relevantes para a promoção da cultura inclusiva, por meio de seus serviços, produtos, do modo como se relacionam com sua comunidade de usuários, desde que o façam democraticamente. Nesse contexto, as “Leis da Biblioteconomia”, que por Shiyali Ranganathan foram proferidas, podem proporcionar uma releitura da sua atual práxis bibliotecária na perspectiva da inclusão de pessoas com deficiência (SOUSA, 2018, p. 16).

Sob essa ótica, o Núcleo de Acessibilidade Informacional do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Bahia (NASIBI), fortalece a importância em disponibilizar serviços e produtos em formato acessível para os alunos, servidores ou pesquisadores com deficiência visual.

Este núcleo está localizado no andar térreo da Biblioteca Universitária Reitor Macedo Costa (BURMC), biblioteca construída em 1968 e que não foi concebida dentro de uma perspectiva inclusiva, nem tão pouco as unidades de ensino que abrigam os cursos aos quais ela dá suporte informacional, entretanto, isso não quer dizer que ela deva permanecer fora do contexto inclusivo, tendo em vista tratar-se de uma biblioteca universitária que desenvolve seu papel como espaço sociocultural e educacional entre os discentes e docentes da Universidade Federal da Bahia (UFBA) por mais de cinquenta anos. Como ponto de referência, esta biblioteca segue com presteza valores que envolvem a filosofia da universidade, contribuindo para a promoção da qualidade no ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com informações adquiridas junto ao Núcleo de Apoio à Inclusão do Aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NAPE), à época da criação do NASIBI, estudavam nesta Universidade aproximadamente 265 pessoas com deficiência, que contam com o apoio do NAPE para o estudo da grade curricular junto às disciplinas ofertadas nos cursos em que participam.

No entanto, apesar de entender a importância do trabalho realizado pelo NAPE junto ao aluno na universidade, entende-se ser necessário ir mais além, proporcionando acesso não apenas a bibliografias técnico-científicas, mais também literatura em geral, através do audiolivro, dentre outros suportes informacionais disponíveis, de forma a proporcionar a ampliação do conhecimento individual dos graduandos na UFBA, contribuindo assim para desenvolvimento intelectual desses estudantes e da sua formação profissional.

Nesse sentido, a criação do Núcleo de Acessibilidade Informacional do Sistema de Bibliotecas da UFBA se justifica apresentando a necessidade em tornar os acervos das bibliotecas do SIBI, ambientes acessíveis para toda a comunidade universitária, respeitando a diversidade e as diferenças humanas e sociais por ela representadas.

Utilizando a tecnologia assistiva como apoio, o NASIBI, iniciou suas atividades promovendo o acesso de usuários com deficiência visual aos serviços disponíveis na unidade de informação, tais como o acesso ao acervo bibliográfico e audiovisual, para consulta local, empréstimo domiciliar e todos os demais serviços disponíveis para a comunidade em geral.

No espaço reservado ao Núcleo de Acessibilidade foram instalados computadores equipados com *softwares* específicos com leitores de tela e sintetizadores de voz, que permitem a leitura e produção de material textual pelo aluno. Rodrigues e Souza (2020) afirma que:

A tecnologia assistiva usada pelas pessoas com cegueira ou baixa visão para pesquisarem, acessarem e lerem as informações por meio de um computador com feedback sonoro ou ampliação de caracteres é chamada de leitores e ampliadores de tela. Leitores de tela são programas que interagem com o sistema operacional de computadores, tecnologias móveis, etc., dando um retorno falado por meio de sintetizadores de voz. A partir de uma varredura nos programas instalados, busca informações que podem ser lidas para o usuário, permitem que este tenha acesso aos menus, botões, formulários, janelas e textos em praticamente todos os aplicativos instalados.

As pessoas cegas que utilizam o recurso leitor de tela usam um teclado simples, sem necessidade de qualquer adaptação especial, pois o usuário faz a navegação por meio de teclas, dispensando o uso de apontadores, como o mouse, por exemplo (RODRIGUES; SOUZA, 2020, p. 116).

Os leitores de tela são recursos que trazem grandes benefícios para as pessoas com cegueira ou baixa visão. Através destas tecnologias, estas pessoas conseguem ter acesso a informações que irão contribuir com o acesso a educação, à cultura e ao conhecimento em qualquer nível social.

3 PRODUÇÃO DE TEXTOS ACESSÍVEIS

O acervo de uma biblioteca universitária é composto por livros (literatura, técnico-científico), periódicos (jornais e revistas), materiais audiovisuais (filmes, CD's, DVD's, etc.), teses e dissertações, dentre outras publicações. Para que um acervo seja acessível, ele precisa apresentar recursos de acessibilidade que permitam o acesso à leitura do conteúdo informacional contido nele, através do apoio da tecnologia assistiva.

Este tipo de material é utilizado com maior frequência por pessoas com deficiência visual, ou com alguma limitação para acesso à leitura. Existem casos em que o indivíduo não foi alfabetizado pela escrita Braille e que prefere utilizar o formato digital acessível, assim como existem casos em que o indivíduo utiliza os dois formatos (digital e Braille) para sua leitura. O fator determinante será a praticidade que cada indivíduo contém junto a leitura, como explica Sousa (2018):

[...] usuários, possuem distintos perfis, resultado de sua trajetória escolar, de experiências pessoais e aptidões. Sendo assim, para alguns um livro em Braille para o estudo em línguas é o ideal, pois proporciona o acesso à escrita na língua estrangeira que tenciona aprender; para outros que não foram alfabetizados em Braille, os livros em formato digital são os preferidos; para outros ainda, livros em Braille ou digitais são bons formatos, dependendo da finalidade de cada leitura, praticidade de manuseio, condição de armazenamento. Em outra situação, as pessoas com baixa visão vão preferir os livros com fonte ampliada, ou arquivos digitais com boa resolução para ampliação em computador (SOUSA, 2018, p. 17).

Como exemplos de formatos de livros acessíveis indicados pelo guia Manual do orientador:

Livro em áudio (Audiolivro ou livro falado): Audiolivro é um livro em formato de áudio, também chamado de livro falado ou audiobook. Normalmente é gravado em estúdio, lido de forma pausada e com interpretação, considerando o gênero literário e a faixa etária do público destinado. Pode contar com a utilização de efeitos sonoros e trilhas (músicas) que ajudam o ouvinte a se aproximar da atmosfera.

Livro em Braille: Livro impresso em relevo a partir do sistema de leitura e escrita destinado a pessoas cegas por meio do tato. Sua escrita (braille) é baseada na combinação de 6 pontos, dispostos em duas colunas de 3 pontos, que permite a formação de 63 caracteres diferentes, que representam as letras, números, simbologia aritmética, fonética e musicográfica.

Livro em Braille e Tinta: Livro que apresenta, de forma concomitante, o texto em braille e em tintatil. Nesse caso a fonte utilizada geralmente é ampliada. A esse tipo de publicação, quando destinada ao público infantil, são acrescentados, muitas vezes, elementos táteis às ilustrações e às imagens.

Livro com fonte ampliada: Livro impresso com fonte maior das comumente utilizadas, contando também com forte contraste de cores para dar mais diferença entre a fonte e o fundo.

Os padrões de contrastes ideais são: letra preta sobre fundo branco; letra preta sobre fundo amarelo e letra amarela sobre fundo azul royal. Cores muito próximas ou em tons pastéis dificultam a visualização.

Livro digital DAISY: O padrão de livros digitais DAISY (Digital Accessible Information System) é uma tecnologia produzida por um consórcio internacional, que desenvolveu um sistema aberto e gratuito que combina texto e áudio, propiciando mais autonomia dos usuários por meio de mecanismos de navegação por seções,

capítulos, números da página, pesquisa por palavras, possibilidade de grifar trechos do texto, fazer notas, aumentar o tamanho de fonte, definir o contraste etc. Os livros nesse formato podem ser produzidos em voz sintética ou voz humana. No desenvolvimento de obras com imagens e ilustrações, é necessário introduzir a descrição das mesmas, para que o leitor tenha acesso a esse conteúdo. É importante destacar que essa tecnologia possibilita a produção de livros acessíveis por quaisquer usuários.

Livro digital em texto: Livro cujo conteúdo está disponível em arquivos digitais, em formato que possa ser reconhecido por leitor de tela, devendo todo o conteúdo gráfico e imagético ser descrito para que possa ser acessível. Normalmente é produzido nos formatos pdf e txt.

Livro audiovisual bilíngue português-Libras: Livro produzido em português e Libras, visando a fortalecer o bilinguismo, a identidade linguística da comunidade surda, a disseminação da Libras para diferentes públicos e a equiparação de oportunidades. O conteúdo em português pode ter a legenda do texto original e a narração em áudio. O conteúdo em Libras é apresentado em vídeo por um surdo ou intérprete. Este formato de livro audiovisual pode ser disponibilizado em DVD, internet, QR Code etc.

Livro em leitura fácil: Livro cujo conteúdo segue diretrizes internacionais da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) em relação à linguagem, ao conteúdo e à forma. Imagens, pictogramas e glossários apoiam o texto para ampliar a compreensão. A leitura fácil foi inicialmente desenvolvida para pessoas com deficiência intelectual, mas tem sido utilizada também por pessoas com baixo letramento e neo-leitores de diferentes idades.

Livro audiovisual acessível: É possível também combinar vários desses formatos em um mesmo livro, em formato audiovisual, contendo o texto em língua portuguesa, animações, narração, descrição de imagens e janela de Libras. Este formato aproxima-se dos princípios do Desenho Universal, segundo o qual os espaços, artefatos e produtos e serviços devem atender simultaneamente todas as pessoas, com diferentes características antropométricas e sensoriais, de forma autônoma, segura e confortável (MANUAL ORIENTADOR, p. 111, 2017).

Produzir um texto acessível engloba entender as legislações voltadas para a acessibilidade de pessoas com deficiência, pesquisas sobre o material a ser adaptado, o serviço de editoração, e uma série de questões relevantes que amparam a produção textual acessível.

Após as observações e os relatos dos alunos com deficiência visual que visitaram a BURMC, foi possível inferir que a melhor forma de contribuir com o acesso a informação de forma rápida e com menor custo, seria utilizar as práticas de editoração adquiridas na Biblioteconomia, para realizar a adaptação de livros e periódicos que fazem parte dos acervos das bibliotecas, tornando-os textos acessíveis.

Mediante o conhecimento do bibliotecário frente às técnicas de editoração e às regras estabelecidas pelas Normas Brasileiras (NBR), que são estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), o profissional bibliotecário, tem total capacidade para realizar a adaptação de textos impressos, convertendo-os para textos digitais acessíveis.

É de extrema importância que neste processo o transcritor não modifique o sentido da obra original, pois qualquer alteração infringirá a Lei 9.610 de 1998. Esta legislação altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e nos diz em seu Art. 46:

Não constitui ofensa aos direitos autorais: I - a reprodução: d) de obras literárias, artísticas ou científicas, para uso exclusivo de deficientes visuais, sempre que a reprodução, sem fins comerciais, seja feita mediante o sistema Braille ou outro procedimento em qualquer suporte para esses destinatários (BRASIL, 1998).

Alterações junto a intelectualidade do autor, infringirá outras legislações voltadas aos direitos da pessoa com deficiência, como indica o Decreto nº 9.522 de 2018, que promulga o Tratado de Marraqueche para facilitar o acesso a obras publicadas às pessoas cegas, com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, conforme informa no seu Art. 4º:

É permitido às entidades autorizadas, sem a autorização do titular dos direitos de autor, produzir um exemplar em formato acessível de uma obra, obter de outra entidade autorizada uma obra em formato acessível e fornecer tais exemplares para o beneficiário (BRASIL, 2018).

O processo de adaptação de textos também engloba as técnicas de audiodescrição (AD) das imagens contidas no texto. Descrever uma imagem, é converter imagem em palavras, de forma passível ao acesso através de leitores de tela, como explica Silva (2019):

A AD é, em geral, utilizada como um recurso de tecnologia assistiva, o princípio básico que norteia o processo de tradução é tornar acessível, por meio de palavras, informações-chaves transmitidas de modo essencialmente visual. Ao traduzir, o audiodescritor cria um roteiro que servirá de apoio àquelas pessoas que têm o seu acesso às imagens impedido ou dificultado (SILVA, 2019, p. 5).

Através da narrativa de Romeu Filho (2010), apresentamos um conceito mais amplo sobre a técnica da audiodescrição (AD), seus benefícios e qual o público atendido:

A audiodescrição é um recurso de acessibilidade que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em eventos culturais, gravados ou ao vivo, como: peças de teatro, programas de TV, exposições, mostras, musicais, óperas, desfiles e espetáculos de dança; eventos turísticos, esportivos, pedagógicos e científicos tais como aulas, seminários, congressos, palestras, feiras e outros, por meio de informação sonora. É uma atividade de mediação linguística, uma modalidade de tradução intersemiótica, que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos e disléxicos (Romeu Filho, 2010, p. 11).

Atualmente, a AD vem sendo uma técnica utilizada para a realização de leituras não apenas pelo público informado no trecho acima. Pessoas sem qualquer tipo de deficiência também vem se beneficiando desta técnica para a leitura no trânsito ou durante as suas atividades domésticas. A audiodescrição, é um recurso de acessibilidade que vem comprovar que a acessibilidade deve ser pensada para todos os públicos, independente desta pessoa ter uma deficiência ou não.

Amparados por legislações específicas ao tema, o NASIBI desenvolve um serviço que demanda a realização de descrição de imagens, normalização de textos, aprendizagem

permanente e se propõe a amenizar os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência visual que fazem parte da comunidade universitária da UFBA, disponibilizando livros acessíveis, de forma a contribuir com o seu enriquecimento intelectual na academia.

Com a produção de texto digital acessível, as pessoas com deficiência visual, têm acesso ao conteúdo informacional em qualquer ambiente e momento desejado.

4 METODOLOGIA

A metodologia aplicada neste relato de experiência foi caracterizada como de natureza qualitativa, sob estudo exploratório-descritivo, uma vez que se faz necessário descrever, analisar as características dos fatos e dos processos da pesquisa, conforme Gerhardt e Silveira (2009) nos informa que a pesquisa qualitativa apresenta “a hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar [...]”.

O método adotado para a realização das atividades, foi baseada na adaptação de textos, onde livros impressos que fazem parte dos acervos do SIBI/UFBA, são transformados em livros digitais acessíveis, através do uso da Tecnologia Assistiva (TA).

O primeiro passo para a construção deste novo formato de conteúdo informacional, foi buscar instruções sobre como realizar a produção de textos acessíveis. Capacitações sobre o referido tema, nos traria como resultado, ampliar informações sobre os tipos de deficiência, suas especificidades, como utilizar a tecnologia assistiva adequada, etc. Citamos como exemplo os cursos:

- ✓ Escrita Braille;
- ✓ Curso de Libras;
- ✓ Curso Introdução à Audiodescrição de Imagens Estáticas;
- ✓ Curso Introdução à Capacitação para Ledor/Transcritor;
- ✓ Curso Introdução à Capacitação de Ledor/Transcritor para a Área de Exatas, dentre outros.

A leitura de legislações que promovem a acessibilidade nos propiciou não apenas o acesso aos direitos da pessoa com deficiência, mas também à assuntos que asseguram a produção de textos acessíveis e os direitos das pessoas com deficiências nas instituições de ensino superior.

A busca pelo conceito, pelo acesso e aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva (TA), também foram de extrema importância para a realização das atividades no NASIBI. Rodrigues e Souza (2020) enfatizam que “as tecnologias assistivas não só trazem possibilidades como aumentam a funcionalidade do indivíduo com deficiência, ou melhor, ampliam as funcionalidades dessa parcela da sociedade”.

O processo de aquisição do conhecimento conforme descrito, foi essencial para a elaborado um manual de adaptação de textos, que foi criado com o propósito de nortear e padronizar os serviços a serem realizados pela equipe do Núcleo.

O processo de adaptação, começa com a seleção do material que pode ser por solicitação do aluno ou de acordo a bibliografia básica do curso. Em seguida, aplicamos a editoração

adequada à produção acessível do texto, seguindo as regras básicas da audiodescrição, e as normas ABNT: NBR 14724/2011 - que especifica os princípios gerais para a elaboração de trabalhos acadêmicos - e a ABNT: NBR 10520/2002 – que especifica as características exigíveis para apresentação de citações em documentos.

Dentre as regras básicas de produção de textos podemos citar: inserção de descrição das imagens, tipos de fontes, localização da paginação e outras técnicas voltadas para atender o público com deficiência visual. Vale ressaltar que estas técnicas não podem afetar a intelectualidade da obra.

A seleção do material a ser adaptado dar-se-á mediante a solicitação de um aluno ou de acordo a bibliografia mais consultada no curso. Como apoio para a realização desta atividade, utiliza-se o Reconhecimento Óptico de Caracteres (OCR), que é uma tecnologia importante para a adaptação de textos que permite o reconhecimento de caracteres a partir de arquivos de imagem, sejam eles manuscritos, datilografados, escaneados ou impressos.

Todo material bibliográfico adaptado pelo NASIBI, torna-se material acessível através das extensões .doc, .html e PDF. Em seguida, ele é disponibilizado para o leitor através do Catálogo de Pesquisa Bibliográfica Pergamum, onde o usuário poderá acessá-lo através do celular, tablet ou notebook.

5 RESULTADOS

Com a constante busca pela aquisição de conhecimentos referentes à acessibilidade e assuntos relacionados às pessoas com deficiência, no ano de 2019, o Núcleo de Acessibilidade Informacional do SIBI/UFBA (NASIBI), firmou convênio com a Secretaria de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e passou a integrar a Rede Brasileira de Estudos e Acervos Adaptados (REBECA), juntamente com Instituições de Ensino Superior (IES) como a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade de Campinas e a Universidade Federal de Santa Catarina entre outras. A rede REBECA constitui projeto iniciado na UFRN, voltado para instituições públicas de ensino superior brasileiras visando fomentar o intercâmbio efetivo de informações técnicas e reunir, em um único ambiente, um acervo de materiais acadêmicos com requisitos de acessibilidade para o atendimento às demandas das pessoas com deficiência visual ou outras deficiências que impossibilite a leitura de textos impressos.

Esta parceria junto a Rede REBECA vem contribuir com o SIBI/UFBA no sentido de ampliar suas possibilidades de atendimento aos usuários com deficiência vinculados à instituição, permitindo que tenham acesso ao acervo acessível disponibilizado por pelo menos 12 universidades federais que fazem parte da Rede.

Por fim, apesar da criação do NASIBI ter como foco principal o atendimento de pessoas com deficiência visual dentro da comunidade acadêmica da UFBA, um resultado impactante foi poder verificar a existência de um interesse significativo por parte de pessoas com outras deficiências, o que leva a perceber que existe demanda pela ampliação do público-alvo a ser atendido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os profissionais da informação que atuam nas bibliotecas universitárias estão se adaptando à nova realidade informacional que se apresenta. Nesse sentido, além de organizar, indexar e desenvolver atividades corriqueiras de sua profissão, também passaram a desenvolver atividades relacionadas aos novos contextos sociais, observando sempre que a informação é um direito de todos e deve estar ao alcance de todos, sendo disponibilizada através de qualquer suporte informacional.

Diante a esta realidade, esses profissionais passaram a visualizar a importância não apenas na disseminação da informação e do conhecimento, mas também no fato de estarem contribuindo, com ajuda das tecnologias de informação e da Tecnologia Assistiva, para a inclusão social e digital de pessoas com deficiências nos ambientes universitários.

É mais do que evidente, portanto, que a promoção da qualidade de vida e a eliminação de todo o tipo de barreiras de acessibilidade nas bibliotecas universitárias, são fundamentais para a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. A prática de produção de textos acadêmicos acessíveis – seja livros ou periódicos – para os discentes com deficiência visual deve ser um assunto a ser discutido permanentemente no ambiente acadêmico.

A criação do NASIBI e o trabalho que vem desenvolvendo, portanto, tem um importante significado na medida em que coloca a UFBA e os profissionais da informação que nela atuam dentro dessa nova realidade informacional, buscando colaborar para a construção de universidades mais acessíveis e, conseqüentemente, de uma sociedade mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 9.522, de 08 de outubro de 2018**. Promulga o Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Ter Acesso ao Texto Impresso, firmado em Marraqueche em 27 de junho de 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9522.htm Acesso em: 30 ago. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.610 de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF, 19 fev 1998 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm Acesso em 30 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria 3.284, de 07 de novembro de 2003**. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>. Acesso em 23 jan 2021.

CARVALHO, Rosita E. Educação inclusiva: do que estamos falando? **Revista Educação Especial**, n. 26, p. 2, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4395> Acesso em: 26 out. 2019.

CASTRO, Mariana Ferreira. Biblioteca universitária: desafios diante das tecnologias da informação e da comunicação no Brasil. **Bibliotecas Universitárias, Pesquisas, experiências e perspectivas**. Belo Horizonte, v. 4, n. 2, p. 4-17, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistarbu/article/view/3126>. Acesso em: 03 ago. 2021.

MELO, Francisco Ricardo Lins Vieira de; FURTADO, Margareth Maciel Figueiredo Dias; RIBEIRO, Elizabeth S. Kanzaki, *et al.* Experiências em acessibilidade e inclusão na UFRN: o laboratório de acessibilidade da biblioteca Zila Mamede. **Revista Gestão & Conexões**. Vitória (ES), v. 3, n. 1, jan./jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/ppgadm/article/view/5052>. Acesso em 03 ago 2021.

FACHIN, Juliana; SILVEIRA, Lúcia da; ABADAN, Diego. Ferramentas de gestão editorial para periódicos em acesso aberto. In. SILVEIRA, Lúcia da; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. (Org.). **Gestão editorial de periódicos científicos: tendências e boas práticas**. Florianópolis: BU Publicações/UFSC: Edições do Bosque/UFSC, 2020. p 127 - 168. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/208691>. Acesso em 27 jul 2021.

FORTALECIMENTO de bibliotecas acessíveis e inclusivas (Manual orientador). São Paulo: Mais Diferenças, 2016. 152 p. Disponível em: <https://maisdiferencas.org.br/noticias-projeto/baixeo-manual-orientador-para-fortalecimento-de-bibliotecas-acessiveis-e-inclusivas/>. Acesso em: 03 jun 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MANTOAN, Maria Teresa E. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. 50 p.

MAZZONI, Alberto A. et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 29-34, maio/ago. 2001.

MOTTA, Livia Maria V. de M.; ROMEU FILHO, Paulo (Orgs.). **Audiodescrição: transformando imagens em palavras**. São Paulo: Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.blogdaaudiodescricao.com.br/livro-transformando-imagens-em-palavras?fbclid=IwAR3FSgXKh3UBkDP-R9PA_h9YQgeuLswY-LAvwgPXw7PxH11cYZUTd32Y37Y Acesso em: 23 out. 2018.

RODRIGUES, José Carlos; SOUZA, Salete Cecília de. Como pensar a acessibilidade em artigos de periódicos: tendências em design universal para pessoas com deficiência visual. In. In. SILVEIRA, Lúcia da; SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. (Org.). **Gestão editorial de periódicos científicos: tendências e boas práticas**. Florianópolis: BU Publicações/UFSC: Edições do Bosque/UFSC, 2020. p 105 - 125. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/208691>. Acesso em: 27 jul 2021.

SANTA ANNA, Jorge. A biblioteca universitária e sua intervenção no contexto social: fomentando práticas multifuncionais. RICI, **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 449-469, maio/ago., 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/issue/view/819> Acesso em: 30 ago. 2021.

SILVA, Cícero Carlos de O. da; BERNARDINO, Maria Cleide R. Percepções sobre biblioteca inclusiva. **Folha de Rosto: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Juazeiro do Norte, CE**, v.

1, n. 1, p. 30-43, jan./jun., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/5/4> Acesso em: 30 ago. 2021.

SILVA, Manoela Cristina C. C. da. **Audiodescrição de Imagens Estáticas Bidimensionais em Materiais de Natureza Didática e Acadêmica.** (Projeto de pesquisa) - Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. Salvador: 2019, 29 p.

SOUSA, Clemilda dos Santos. **A audiodescrição como recurso de acesso à informação imagética na produção de acervos acessíveis para pessoas com deficiência visual na biblioteca universitária.** Monografia (Especialização em Tradução Audiovisual Acessível/Audiodescrição) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018. 40 p.

Recebido/ Received: 13/09/2021

Aceito/ Accepted: 10/12/2021

Publicado/ Published: 31/12/2021